



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008891-22.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Bruna Cardoso Fantuci**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por **BRUNA CARDOSO FANTUCI**, contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sustentando ser portadora de *Lúpus Eritematoso Sistêmico* (CID M 32) e que, em razão da doença, promoveu a ação de obrigação de fazer, autos nº 8031/2012, que tramitou pela Vara da Fazenda Pública de São Carlos, na qual foi determinado o fornecimento dos medicamentos Micofenolato Mofetil 500 mg, Reuquinol e Meticorten, que possibilitaram o controle do quadro, com períodos de melhora e piora, porém, há três meses, apresentou quadro de dores generalizadas, febre e petequias em membros inferiores com plaquetopenia importante, sendo necessário o uso de corticoide em altas doses, razão pela qual optou-se por suspender o fármaco Micofenolato Mofetil e introduzir o medicamento imonobiológico **BELIMUMABE**, administrado em infusão endovenosa, dosagem de 720 mg (06 frascos de 120 mg), por dose. Informa, ainda, que a infusão deverá ser repetida após 2 e 4 semanas da primeira dose e, após, a cada 4 semanas, por tempo indeterminado, mas não possui recursos financeiros para adquirir o fármaco. Requer, então, em sede de antecipação de tutela, o seu fornecimento pelo Ente Público Estadual, na quantidade necessária, até ordem médica em contrário.

A tutela antecipada foi deferida às fls. 24/25.

A requerida foi citada (fls. 33) e apresentou contestação às fls. 41/50, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, uma vez que a autora não demonstrou a negativa de fornecimento da medicação pelo Estado de São Paulo. No mérito, sustenta que o medicamento pleiteado não integra a Lista de Assistência Saúde, não podendo, por ato próprio, alterar a normatização editada pelo Governo Federal, já que a incorporação, a exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos são atribuições do Ministério da Saúde. Aduz que fornece outros medicamentos (Azatioprina e Hidroxicloroquina), padronizados, para o tratamento da doença que acomete a autora, e igualmente eficazes, não havendo direito subjetivo da parte de exigir especificamente este, que postula na ação. Pugnou pela realização de prova pericial e requereu a improcedência do pedido.

Ante a informação da autora de que a FESP não havia fornecido a medicação, este Juízo, visando dar efetividade ao comando advindo da antecipação dos efeitos da tutela, determinou a intimação do Ente Público Estadual para que comprovasse nos autos o cumprimento da decisão judicial, no prazo de 48 horas, sob pena de sequestro de verbas públicas em valor suficiente para aquisição do medicamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réplica às fls. 74/78.

A FESP noticiou a interposição de agravo de instrumento (fls. 93), bem como juntou aos autos comprovante de fornecimento do fármaco à autora (fls. 111).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, considerando que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República garante, com clareza, o acesso ao Poder Judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas.

No mais, diante das provas existentes nos autos, desnecessária a realização de perícia, mesmo porque a jurisprudência predominante no Tribunal de Justiça é no sentido de aceitar prescrição médica, na medida em que é o profissional que responde pela escolha feita.

Confira-se:

"APELAÇÃO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Fornecimento de medicamentos/tratamentos. Direito à saúde Art. 196 da Constituição Federal. Responsabilidade solidária de todos os entes federativos. Prescrição médica suficiente para comprovar a necessidade e eficácia dos medicamentos em questão. Sentença mantida. Reexame necessário e recursos voluntários impróvidos" (Apelação / Reexame Necessário nº 1010719-25.2014.8.26.0037, 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de São Paulo, datada de 19 de maio de 2015 – Relator: MAURÍCIO FIORITO).

Outro não é o entendimento do C. STJ:

“O receituário médico, firmado seja por médico particular, seja por médico do serviço público, é documento hábil a comprovar a necessidade do medicamento. Adotar o entendimento do Poder Público, que pretende discutir a prescrição feita, seria adentrar ao campo próprio do médico responsável pelo tratamento do paciente. A não ser quando evidente o erro contido no relatório/receita, ou seja, quando teratológica a prescrição, descabe ao administrador, bem como ao Judiciário, questionar se esse ou aquele medicamento seria o mais adequado” (v. decisão monocrática proferida pelo Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES no Agravo de Instrumento nº 1.114.613/MG, DJ de 08.05.2009).

Por outro lado, cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa diante da declaração de pobreza de fls. 08 e recibo de pagamento de salário de fls. 11/12.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 08 e 11/12).

Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha o paciente. E o atestado médico de fls. 13/14 deixa claro que o fármaco pleiteado é necessário ao tratamento da autora.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, devendo a parte autora apresentar relatórios semestrais, a fim de demonstrar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como receitas médicas, sempre que solicitadas.

Condeno a requerida a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isenta de custas na forma da lei.

P.R.I.C.

São Carlos, 25 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**